

CPI sugere a cassação de 18 parlamentares

■ Em sessão que durou 12 horas, Comissão Parlamentar de Inquérito aprova, por unanimidade, o relatório de Roberto Magalhães

O PERSONAGEM

Brasília — Arnaldo Schulz — 21/1/94



□ Com a mesma segurança com que participou de todas as sessões da CPI do Orçamento, o deputado Roberto Magalhães (PFL-PE) foi o principal personagem da sessão de sexta-feira. Todas as expectativas dirigiam-se para seu relatório, que resumia três meses de investigações. "Considero que a minha missão está cumprida. Saio de cena",

dizia ele, ao dirigir-se na manhã de anteontem para a sessão final. Magalhães enfrentou a leitura do relatório com quatro caixas de balas de hortelã. E aos que o criticaram por recomendar a cassação de apenas 18 parlamentares, ele tinha uma resposta na ponta da língua: "Sempre disse que não tinha preocupação com a aritmética."

A maratona chegou ao fim. Às 19h15 de sexta-feira, a CPI do Orçamento aprovou, por unanimidade, o relatório final do deputado Roberto Magalhães (PFL-PE). Depois de três meses de investigações, a CPI terminou numa sessão que durou 12 horas, quase todas dedicadas à leitura do relatório. No resultado final, 18 parlamentares foram indicados para serem cassados e 11 foram inocentados. Mais 12 nomes citados durante a investigação terão seus processos enviados ao Ministério Público e, sobre outros 10, a CPI recomendou que continuassem sendo investigados. Por 16 votos a 4, a CPI rejeitou a proposta de ampliação do confisco de bens de todos os parlamentares indicados para serem cassados. Pelo relatório, o confisco só deve atingir João Alves e Cid Carvalho. Durante a leitura do relatório, houve um tumulto, quando um dos acusados, o deputado Aníbal Teixeira,

tentou entrar no auditório. Ele foi expulso pelo presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA). "O ambiente aqui não está bom para o senhor", explicou Passarinho. Fora da lista de cassados e inocentes, muitos parlamentares não estão ainda com sua situação definida. O relatório da CPI recomenda que seus casos sejam remetidos ao Ministério Público. Neste grupo estão os deputados Roberto Jefferson (PTB-RJ), Messias Góis (PFL-SE) e Mussa Demes (PFL-PI).

Investigações — O mesmo procedimento foi recomendado para os governadores Joaquim Roriz, do Distrito Federal; Edison Lobão, do Maranhão; e João Alves Filho, de Sergipe. Também estão no rol dos que devem ser encaminhados ao Ministério Público a ex-ministra da Ação Social Mariana Procópio e o ex-ministro da Educação Carlos Chiarelli. Uma comissão de sindi-

cância a ser criada pela Mesa da Câmara dos Deputados vai continuar investigando as denúncias contra 10 deputados — entre eles José Carlos Vasconcelos (PRN-PE), José Carlos Aleluia (PFL-BA) e José Luiz Maia (PPR-PI) — sobre os quais ainda pesam fortes suspeitas de implicação com os escândalos levantados pela CPI. A comissão será presidida pelo corregedor da Câmara, deputado Fernando Lyra (PSB-PE), e formada por representantes indicados pela Mesa, mas com poderes bem menores que os da CPI. A Mesa da Câmara se reúne na próxima terça-feira para aprovar formalmente a criação da Comissão de Sindicância. A comissão terá acesso a toda a documentação guardada no Prodases, mas não terá poderes de quebrar os sigilos bancário e telefônico dos acusados. Só poderá fazer uso dos documentos que a CPI tem ou examinar provas apresentadas na última hora.